



Políticas Públicas e Juventude Do Campo: um olhar sobre a realidade agrária no sertão centro-sul cearense

Ariane Ferreira de Sousa¹, Evelyne Medeiros Pereira², Raissa Araújo de Sousa Rodrigues³.

¹ Bolsista de Extensão do Projeto Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das TIC's no fortalecimento da agricultura familiar e Discente do curso de Licenciatura em Química no IFCE – campus Iguatu. e-mail: arianeigt@gmail.com

² Mestre em Serviço Social pela UFPE e Coordenadora do Projeto Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das TIC's no fortalecimento da agricultura familiar. e-mail: evelyne.mp2913@gmail.com

³ Bolsista de Extensão do Projeto Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das TIC's no fortalecimento da agricultura familiar e Discente do curso de Bacharelado em Serviço Social no IFCE – campus Iguatu. e-mail: raissaaraujo.r@hotmail.com

Resumo: O presente artigo trata de relatar as experiências e expor as análises preliminares do cotidiano do campo por meio de estudos, visitas, capacitações e acompanhamentos realizados por intermédio da metodologia do Projeto de Extensão: *Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das TIC's no fortalecimento da agricultura familiar*. Tendo como objetivo identificar os fatores determinantes que incidem no êxodo da juventude rural com base nas Políticas Públicas. Analisa então, o quanto a precariedade do acesso às políticas fortalece e mantém as relações sociais impostas pelo modelo econômico no qual estamos inseridos, em contra partida revela a importância da organização para o enfrentamento desse desafio. Fomenta ainda a importância de garantir a formação de uma rede de jovens visando a criar uma gestão coletiva que promova o fortalecimento da produção e qualidade de vida.

Palavras - chaves: extensão, juventude, políticas públicas, relato.

1.INTRODUÇÃO

Desde janeiro de 2012 iniciaram as ações do Projeto de Extensão “*Juventude e Cooperação Agrícola: a utilização das TIC's no fortalecimento da agricultura familiar*” que, vinculado ao Ministério das Comunicações, está sendo desenvolvido através do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, *campus* Iguatu, visando o fortalecimento da organização da juventude na produção e gestão coletiva como um todo das comunidades em que vivem. Nesse sentido, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) tornam-se ferramentas centrais.

As ações são desenvolvidas por treze bolsistas dos cursos de Bacharelado em Serviço Social, Licenciatura em Química e Tecnologia de Irrigação e Drenagem e três professoras orientadoras, a partir de visitas, estudos, aplicação de questionários e capacitações, o que permite perceber os determinantes que incidem na realidade que os/as moradores/as do campo enfrentam no seu cotidiano.

Inicialmente, o território contemplado no projeto foram os municípios da região Centro- Sul e Vale do Salgado do Ceará, sendo esses: Icó, Cedro, Orós, Iguatu, Quixelô, Acopiara, Cariús, Jucás e Saboeiro. Porém, depois da primeira etapa caracterizada pela aproximação e o conhecimento da realidade dos assentamentos e comunidades rurais, foram identificados os territórios que mais apresentavam as potencialidades para o desenvolvimento das ações. Os municípios hoje priorizados são: Icó, Acopiara, Quixelô, Jucás e Ipaumirim, com seus respectivos assentamentos ou comunidades de pequenos agricultores, sendo eles: Assentamento Cachoeira/Chico Mendes, Assentamento Bom Lugar, Assentamento Aleudo, Assentamento Sítio Virador, Comunidade Várzea Redonda, Comunidade Minador e Assentamento Umarizeira. Para a escolha desses, foi de fundamental importância a articulação inicial com as entidades e movimentos sociais que já atuavam na região, sendo os principais interlocutores entre os grupos do Projeto e os jovens das comunidades.

É com base na aproximação com a perspectiva construída e defendida pelos movimentos sociais do campo que esse relato de experiência propõe uma análise das políticas públicas nos assentamentos acompanhados pelo Projeto. Tal análise, entretanto, deve estar relacionada às questões que permeiam a lógica capitalista das relações sociais em que vivemos, seja no campo ou na cidade, entendendo,



assim, a conexão existente entre a dinâmica local e macro da sociedade. No caso particular do Brasil, é fundamental a compreensão sobre os efeitos da questão agrária, da ascensão do agronegócio, sob o modo de vida dos/as trabalhadores/as do campo. Esses efeitos desdobram-se em visíveis consequências na realidade agrária local, a exemplo do fenômeno da migração, especialmente entre os jovens.

É nesse sentido que o projeto propõe a organização dos jovens para enfrentar essa lógica excludente por intermédio de formações que dialogue e possibilite uma maior reflexão e ação sobre a realidade vivida pela juventude do campo. Para tanto, as visitas, mapeamento, capacitações, vivências visam à garantia de tal mediação, promovendo uma interação estimulante, combinada com uma metodologia participativa, que dialogue com a realidade dos jovens. Essa, com base nas experiências dos movimentos sociais, mais precisamente na chamada “pedagogia da alternância”, é desenvolvida a partir das particularidades do “tempo escola” e “tempo comunidade”, sendo o primeiro desenvolvido por intermédio de módulos de formação no IFCE e o segundo pelo acompanhamento das atividades nas próprias comunidades demandadas pelos temas trabalhados no “tempo escola”.

É notável, então, que o objetivo do projeto não é de “invadir” o espaço dos/as jovens das áreas rurais por meio de imposições, mas tornar possível um aprendizado mútuo e contínuo. Assim, como diria Paulo Freire (1983), “na verdade, manipulação e conquista são expressões da invasão cultural e, e ao mesmo tempo, instrumentos para mantê-la, não são caminhos de libertação. São caminhos de domesticação” (p.28).

Com base nessa experiência, o intuito deste trabalho é relatar a vivência entre o grupo de estudantes bolsistas e professoras do IFCE junto às famílias e, especialmente, aos jovens que vivem nas áreas de reforma agrária e nas comunidades de pequenos/as agricultores/as do centro-sul cearense, focando nas principais observações e impressões sobre a realidade das políticas públicas, principalmente educação e saúde.

2.O PROJETO, SEUS DESDOBRAMENTOS E SEUS OBJETIVOS

O projeto de extensão em pauta, visando à interdisciplinaridade, propõe o aprimoramento dos conhecimentos e técnicas por parte dos jovens para a melhoria da produção e gestão coletiva da realidade em que vivem. Para tanto, foi priorizado as ferramentas de comunicações, aqui colocadas como as TIC’S.

Logo, viu-se a necessidade de um momento de aproximação para definir as áreas beneficiadas com o planejamento e capacitação dos jovens através de módulos que envolvem o cotidiano rural para então, posteriormente, desenvolver um projeto “piloto” que reflita na construção de uma rede de jovens da região, voltada para a organização produtiva e organizativa dos mesmos.

Para tanto, foi fundamental o conhecimento do território e da realidade junto a assentamentos e comunidades rurais a partir de visitas e grupo de estudos entre o grupo dos/as bolsistas com temas para melhor interação com áreas acompanhadas e as questões que lhes cercam. Tais estudos permitiram uma fundamentação teórica acerca de assuntos como: a Questão Agrária no contexto brasileiro, suas configurações na atual fase do modo de produção capitalista, seus reflexos na agricultura e os desafios para o movimento camponês; os paradigmas da Educação Rural e da Educação do Campo, sendo esta o modelo que propõe uma relação horizontal com o campo, rompendo com os estigmas do território rural; o Processo de Extensão, que em suma foi abordado a partir de Paulo Freire; e, finalmente, a temática da Juventude do Campo.

Concomitante a esse processo, foram realizadas visitas, que de início tiveram como objetivo conhecer a realidade em seus mais diversos aspectos (ambientais, geográficos, sócio- econômicos e culturais). Para tanto alguns interlocutores foram fundamentais, tais como: as Secretárias de Agricultura; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – EMATERCE; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Dentre esses interlocutores destacam-se as organizações que já possuem referência em seus trabalhos junto às assentamentos e comunidades rurais, como: Movimento dos/as Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST, Comissão Pastoral da Terra do Ceará - CPT, Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP, Cáritas Diocesana de



Iguatu, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, dentre outros, o que facilitou a percepção do potencial organizativo da juventude.

Esse processo possibilitou a equipe perceber as dificuldades e possibilidades que permeiam a vida os/as trabalhadores/as rurais. Destaca-se, sobretudo, os limites ainda existentes quanto ao acesso a recursos básicos desde a locomoção até educação, saúde, lazer, energia pública, água, assistência técnica, entre outros. Esses fatores incidem fortemente no processo de êxodo rural da juventude na região.

A partir da organização das comunidades, garantiu-se a etapa de formação com os/as jovens dos assentamentos rurais. Tais formações abordam temas como: Questão Agrária no Ceará e os desafios para a juventude do campo; Cooperação e gestão coletiva; Comunicação popular e a utilização das TIC's. Nesse momento, a juventude passa a conhecer com maior proximidade a equipe que trabalha no desenvolvimento do projeto através tanto da realização do “tempo escola”, durante os módulos de formação, quanto no “tempo comunidade”, através das visitas de acompanhamento.

Concluídas as ações já executadas, o que se pensa para a terceira etapa é o desenvolvimento de um projeto “piloto” que está sendo projetado a partir de formação de rede de jovens na região para auxiliar e fortalecer a organização produtiva e social com o auxílio das TIC's. Isso facilitará a realização de seminários de troca de experiências, de feiras comunitárias, além dos possíveis convênios a serem firmados junto aos órgãos públicos para que se torne viável a participação em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Como se pode perceber, o projeto de extensão visa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé que garante uma formação profissional de qualidade, pois extrapõe os limites da sala de aula, colocando o enfrentamento com a realidade e proporcionando a construção de estratégias coletivas para a convivência no campo.

3. OS ASSENTAMENTOS E COMUNIDADES RURAIS DO SERTÃO CENTRO SUL: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Com base nos documentos elaborados até então pelo projeto de extensão (relatórios, mapeamentos e questionários), além das observações de campo, pode-se perceber um conjunto de dificuldades que implicam na falta de acesso e na precarização das políticas públicas no campo. Isso começando no próprio acesso a terra, passando pela assistência e chegando à educação e saúde. Todas essas políticas são meios fundamentais de convivência no campo, contrapondo-se ao processo intransigente de êxodo rural da juventude. Segundo Abromovay (1998), houve uma redução de 26% da população jovem do campo.

Quanto aos programas de acesso a terra, é ainda predominante na região políticas privatistas que condicionam o acesso a terra ao pagamento do crédito fundiário, característica que se adensou a partir da década de 1990 no Brasil conclamando a chamada “Reforma Agrária de Mercado” (PEREIRA;SAUER, 2006). Esta, ao contrário do que se propaga, não promove a emancipação das comunidades, mas o seu endividamento através também de programas, em parceria com o sistema financeiro, para custear o incentivo à produção agrícola, sem, no entanto, dialogar com as condições adversas em que se encontram as comunidades, especialmente nos períodos de estiagem. Nos assentamentos que estamos acompanhando, por exemplo, todas as associações fizeram financiamento ou empréstimos relativos à terra e a própria produção e ainda estão pagando.

Percebemos também que há uma distinção entre a condição de assentamento e a de comunidade de pequenos agricultores. Os trabalhadores dos assentamentos entendem, em geral, o acesso a terra como um meio de produção para subsidiar a economia e garantir uma interação com o processo político de conquista da terra e dos demais direitos, para além da subsistência. Já os agricultores familiares apresentam uma maior fragilidade em relação à luta e defesa de seus direitos, tendendo à uma maior individualização não apenas da terra como também das decisões da comunidade. Por isso, para muitas organizações, a agricultura camponesa - nas áreas de reforma agrária, vinculada a um projeto político pautado na agroecologia, cooperação agrícola e gestão coletiva - deve se diferenciar da agricultura familiar tradicional. Porém, segundo Barquete (2007), programas como o PRONAF



(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) confundem e vinculam os assentamentos à agricultura familiar.

Os chamados *agricultores familiares* foram enquadrados em quatro grupos (A, B, C e D). No A ficaram todos os assentamentos dos programas governamentais de assentamento. Os outros três foram distribuídos de acordo com as classes de rendimento anual, em intervalos até R\$ 1.500,00 para o B, de R\$ 1.500,00 a R\$ 8.000,00 no grupo C e de R\$ 8.000,00 a 27.500,00 pra o D, mostrando inequivocamente a distinção entre os beneficiários (p. 44).

Outro exemplo que traz em si uma realidade contraditória é o paradigma da soberania alimentar, que entende a alimentação como um direito regido pelas leis internacionais, ou seja, os países tem obrigação de cumprir esse direito. Logo, subentende-se que esse paradigma é uma noção de segurança alimentar que alia o acesso a terra com o desenvolvimento econômico local condicionando o combate a fome, estando totalmente fora dos modelos econômicos de agronegócio que o Estado subsidia adiando a implementação da reforma agrária.

Ver-se, então, que a assessoria técnica e demais políticas desenvolvidas em assentamento rurais devem estar intrinsecamente responsáveis com o processo de reforma agrária. No entanto, o que se observa na região acompanhada no Projeto de extensão é a precarização das políticas e até mesmo a falta de acesso a informações e tecnologias de irrigação e drenagem, cultivos e criação de animais que, associadas ao desestímulo dos assessores técnicos, além das condições dos solos (desgastados) desfavoráveis à boa produção agrícola, como é o caso da região, culmina, muitas vezes, no prejuízo para a própria reforma agrária. O exemplo mais próximo de tal realidade é o assentamento estadual Sítio Virador, no município de Acopiara, onde os/as assentados/as fizeram um investimento na compra de bovinos e caprinos, os primeiros adoeceram e os segundos morreram.

Nota-se, assim, a necessidade não apenas da presença continuada de assistência técnica como política pública, mas de uma verdadeira reconfiguração desse serviço tendo em vista as demandas das diversas dimensões da vida nas áreas de reforma agrária que vai desde a produção à educação e gênero. Daí a importância de equipes multidisciplinares desempenhando assistência técnica. Nesse sentido, ressalta-se a ponderação feita por Garcia (2000) quando analisa a importância de profissionais como assistentes sociais nessas políticas, construindo no fortalecimento da organização do campo.

Os assentamentos configuram, potencialmente, um campo aberto a inúmeras possibilidades a esse profissional, sobretudo, no campo da acessória aos diversos grupos em processo de organização para assegurar conquistas e reivindicar um aporte de direitos ainda não assegurados pelo Estado. (p. 88).

Mas o que indica, diante da realidade, é que, pelo menos nos assentamentos estaduais, não se teve nenhum relato de acompanhamento por parte desses profissionais. O acesso aos serviços da Assistência Social resume-se a concessão pontual de benefícios atrelados a programas como o Bolsa Família, além de aposentadorias por tempo de serviço ou por invalidez.

Diante dessa situação, pode-se afirmar que, ao se tratar das demandas da juventude que vive no campo, há um quadro agravante de verdadeira ausência do Estado. Pensar em políticas voltadas para o lazer coletivo torna-se quase uma idealização. Entretanto, é a partir dos grupos de jovens e da organização das comunidades, reivindicando e demonstrando as contradições existentes na realidade, que as ações públicas tornam-se presentes, mesmo que de forma pontual e precária, a exemplo de projetos de campo de futebol, quadras, incentivo aos festivais de quadrilhas juninas e comemorações de datas tradicionais. No entanto, em muitos casos, na ausência desses processos organizativos, as relações de troca de favores, de apadrinhamento junto aos governantes locais passam a ser indicadoras da garantia dos mínimos sociais.

3.1 Educação e Saúde



No âmbito da educação, a situação não é tão diferente. Em análise à tabulação dos questionários aplicados aos 36 jovens acompanhados pelo projeto de extensão, observamos a seguinte situação em relação a seus pais: muitos não estudaram (39%) ou concluíram o ensino médio (36%); nenhum cursou (ou cursa) o ensino superior. Já em relação às mães, a maioria somente concluiu o ensino fundamental I (1ª a 4ª série) e apenas uma tem ensino superior completo. Dentre os jovens, 65% cursam o ensino médio regularmente e três cursam o ensino superior. Percebe-se, portanto, uma mudança entre as gerações no que diz respeito ao acesso a educação, porém, tal acesso continua caracterizado pela falta de condições dignas e de qualidade.

No quadro de professores das próprias localidades, observa-se ainda o alto grau de desqualificação. Esses, muitas vezes, são voluntários, como é o caso do assentamento Cachoeira/Chico Mendes, onde se tem uma estrutura para as crianças do ensino infantil e os professores são os próprios assentados. Depois dessa exceção, nenhum assentamento ou comunidade tem escola. As crianças que cursam o Ensino Infantil e Fundamental I estudam em comunidades próximas. No Fundamental II e Ensino Médio vão para as sedes dos municípios em transportes precários cedidos pelas prefeituras. Como já colocado, o ensino superior atinge uma ínfima parcela da população assentada.

Vale destacar que ainda predomina nas escolas o paradigma da Educação Rural, sendo a Educação do Campo ainda uma bandeira de luta não materializada nas comunidades acompanhadas. Dessa forma, em geral, predomina a reprodução de um processo de ensino-aprendizagem pautado na visão estigmatizada, restrita e unilateral do campo (KUHN, 1994). Em contraponto, o paradigma da Educação do Campo apresenta a idéia de que não se pensa o território do outro a partir do seu, logo traz como luta uma educação que seja no e do campo, sendo um direito da população e um dever do Estado, e seja voltada para as necessidades humanas e sociais do meio rural.

A Educação do Campo surgiu com a luta pela Reforma Agrária, por isso traz em si a especificidade de um projeto de sociedade, de emancipação humana, e está vinculada com movimentos sociais que carrega nos seus ideais a formação das pessoas para intervenção sobre sua realidade. Para tal, é necessária a construção de uma metodologia que recupere a tradição pedagógica de valorização do trabalho como princípio educativo, associando com os princípios de educação popular, defendida por Paulo Freire.

Uma conquista dessa articulação é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que contempla desde a educação básica à educação superior e vem formando profissionais para desenvolver ações no campo a partir de suas potencialidades, reforçando, então, que as contradições entre campo e cidade só poderão ser superadas através da organização socioterritoriais desses espaços. Há, portanto, nessa perspectiva, um princípio central: a indissociabilidade entre a educação e um novo projeto de desenvolvimento do campo e da própria sociedade como um todo. Nesse sentido, a educação:

deve fortalecer identidade e autonomia das populações do campo e conduzir o povo do Brasil a compreender haver uma não hierarquia, mas complementaridade: *cidade não vive sem campo que não vive sem cidade*. [...] A Educação do Campo procura romper com a alienação do território, construindo conhecimentos a partir da relação local – global – local. (FERNANDES E MOLIMA, 2004, P. 40).

Diferentemente do que predomina na realidade agrária, a Educação Rural se referencia apenas na produção em si, anulando o campo como um espaço de vida, de múltiplos saberes e possibilidades.

Tratando-se das políticas públicas voltadas para a saúde no campo, a realidade também não é de satisfação. O atendimento básico é feito pelas agentes de saúde através de visitas domiciliares e, quando existem postos de saúde, a situação nos leva a mesma relação de precariedade da educação e demais serviços públicos básicos: a falta de profissionais, equipamentos, visitas esporádicas de médicos e enfermeiros, etc. Casos de emergência e realização de exames demanda o deslocamento para os hospitais nas sedes dos municípios, às vezes vizinhos. Sabe-se que essa caracterização foge a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) que coloca a saúde como fator determinante e condicionante da organização social e econômica do país, porém essa é a realidade mais comum.



Assim como na educação, no campo, historicamente, as conquistas para a saúde esteve ligada às pressões no Estado por parte dos movimentos sociais, como por exemplo, na década de 1960 a implementação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL) e em 1970 o Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PAISS). Entretanto, ambas as políticas foram utilizadas pelo Estado como forma de cooptação e “pacificação” desses movimentos.

Somente em 2003 os movimentos sociais garantiram o direito de contribuir para o planejamento de uma saúde que se contraponha ao processo de mercantilização e medicalização da saúde no Brasil, buscando trabalhar os processos preventivos e a saúde numa perspectiva coletiva. Nesse sentido, muito embora com as dificuldades existentes, foi importante o avanço do Programa Saúde da Família (PSF).

O anseio é que as políticas públicas nas áreas de reforma agrária possam proporcionar a participação popular, o diálogo com as particularidades da população do campo, garantindo, assim, mesmo que timidamente, ações pautadas nas lutas e demandas de saneamento rural, saúde ambiental, produção de fitoterápicos, entre outras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a realidade das comunidades e assentamentos rurais da região centro-sul cearense, acompanhados pelo Projeto de extensão em questão, não se diferencia em grandes proporções das demais regiões do estado. As políticas públicas (educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e a infância, a assistência social), mesmo que garantidas na Constituição Federal como direitos sociais, concretamente, adentram a lógica de mercantilização dos serviços e atingem um contingente ainda mínimo, especialmente entre os/as trabalhadores/as rurais.

Identificar os condicionantes e as mediações que permeiam tal realidade é de fundamental importância e deve ser um exercício permanente, caso contrário, só haverá margem para o fatalismo, para entender tais condições como dadas e não construídas socialmente.

Nesse sentido, o relato que aqui se apresenta buscou analisar, de forma preliminar, a realidade vivenciada a partir da experiência de extensão focando nas condições encontradas no âmbito das políticas públicas. Tais condições fortalecem estigmas em relação ao meio rural, além de reproduzirem fenômenos históricos, a exemplo do êxodo rural da juventude, dificultando o desenvolvimento de potencialidades e possibilidades, das mais diversas, de vida e convivência no campo.

Os movimentos sociais cumprem, então, um importante papel na conquista e garantia no acesso às políticas públicas, além da participação direta da população desde o planejamento a execução de tais políticas. Para tanto, é necessário fortalecer a gestão coletiva e a participação dos diversos sujeitos que compõem, no caso, a realidade das áreas de reforma agrária. Nesse sentido, a juventude cumpre um papel fundamental.

Percebe-se, portanto, que os territórios onde existe a presença de organização de trabalhadores/as rurais, de juventude, são os que também mais apresentam condições de mudanças efetivas no cotidiano rural. Mudanças estas que vão desde a forma de se relacionar com a terra ao modo de encaminhar as decisões que dizem respeito a todos/as.

Como intuito de desvendar os “nós” que impedem o desenvolvimento e promove o medo de libertação nos/as moradores/as, subentende-se que o principal método é a aliança entre as condições econômicas e políticas das comunidades. Nesse sentido, a educação, como já apresentava Paulo Freire em suas reflexões, exerce um importante papel para a conquista da liberdade, da autonomia, como também para o cerceamento das condições para exercê-la. A escolha deve ser feita para que o caminho seja traçado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, Ricardo et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

ANGHER, A. J (org.): **Vade Mercum**. 8ª Ed. São Paulo: Redeel, 2009.



BARQUETE, P.R.F. **Estratégias para uma nova ruralidade:** o engodo do novo mundo rural. In: SALES, Ceciliana de M. V; AMARAL, Célia C. G; ESMERALDO, Gema G. S. L; BARQUETE, P. R. F (Orgs.): **Terra, Sujeitos e Condição Agrária.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 50ª Ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GARCIA, Severina. **Assentamentos Rurais:** expressão da questão agrária. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB. Módulo 02, DF, Brasília, 2000.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. **Construção para a Construção de um Projeto de Educação do Campo (orgs.).** Brasília, DF: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo”, 2004.

ROSSET, Peter. **Alternativas da política fundiária de mercado:** reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, Sérgio e PEREIRA, J. M. M (orgs). **Capturando a Terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.